

10º Fórum Rio

Estação Lamarão

Nome da atividade: Debate - A crise do Estado do Rio: outras soluções são possíveis

Organização responsável: GestRio

Relatora: Jamile Borges

No contexto da crise econômica vivenciada pelo Estado do Rio de Janeiro que se traduz como uma crise federativa de receitas e despesas, foram discutidos os pontos que levaram o Estado a uma crise de receita, fator que se encontrava em equilíbrio até 2004 para, em seguida, demonstrar acentuado desequilíbrio a partir de 2004. E, acompanhando, se deu a crise da receita, traduzida no aumento absurdo das despesas a partir de 2012, segundo relatório do Tribunal de Contas do Estado.

Foram expostos fatores que contribuíram para a crise, tais como, *i)* a colaboração da União que concedeu apenas empréstimos financeiros – e não aportes – para o Rio de Janeiro realizar os eventos de interesse nacional; *ii)* as características intrínsecas do federalismo simétrico que atuam para a abertura de verdadeira disputa entre os Estados, configurando uma crise federativa; *iii)* o regime de recuperação fiscal em que foi anunciada como uma via de sair da crise a concessão de ainda mais empréstimos, bem como a submissão das despesas a um conselho, o que, analisado a fundo, apenas contribui para dificultar o ato de governar; *iv)* isenções tributárias concedidas de forma desenfreada desprovida de análises mais criteriosas que funcionaram como verdadeiros apadrinhamentos; *v)* perda dos *royalties* do petróleo, entre outros fatores.

Além disso, foi identificado como um ponto problemático a postura vingativa da sociedade que foca seu interesse apenas na punição sem possibilitar a abertura para o debate de ideias, que poderia abrir o caminho para a saída dessa crise com o empoderamento da sociedade civil.

*ENCAMINHAMENTOS E RECOMENDAÇÕES

- Regulamentação da Lei Kandir, eis que sua situação não regulariza obsta o pagamento da União causando prejuízo aos Estados;
- Ampliação do debate sobre o Fundo de Participação dos Estados e aumento do imposto sobre herança e doação;

- Elaboração de um plano de desenvolvimento claro e eficiente pelo governo;
- Necessidade de retomada d poder político pela gestão do Estado;
- Necessidade de retomada do poder político estadual com o objetivo de que a gestão estadual se encontre nas mãos dos políticos eleitos pela sociedade, e não de um conselho.
- O prazo conferido pelo Estatuto das Metrôpoles para elaboração do plano já se está encerrando, de modo que se vê urgência para sua conclusão e aprovação pelo governo estadual;
- Valorização da base produtiva regional para retomada do crescimento.